

POSSESSÕES DEMONÍACAS NA FRANÇA: DIÁLOGOS ENTRE MEDICINA E RELIGIÃO

Gabriel Elycio Maia Braga

UFPR

gab.braga94@gmail.com

O tema das possessões demoníacas é frequentemente relacionado a filmes e à literatura de horror. Porém, ao longo da Idade Moderna, as possessões foram alvo de diversos debates letrados que visavam questionar ou defender as suas existências. Isso serve para diversos temas ligados ao sobrenatural, como por exemplo os lobisomens e vampiros.

Em minha dissertação de mestrado, *O Natural e o Sobrenatural na Modernidade: a Polêmica Erudita Sobre os Mortos-Vivos* (2018), explorei a temática dos vampiros. Mais precisamente, a recepção francesa dos relatos de ataques dos mortos-vivos que provinham dos Bálcãs no início do século XVIII.

Procurei analisar um deslocamento que fez com que as investigações se voltassem para a Natureza e deixassem o sobrenatural em um segundo plano. Percebi, em minhas pesquisas, que os autores selecionados como fontes se empenharam em compreender os fenômenos quotidianos fora do binômio Deus-Diabo. Assim, a Natureza se tornou alvo das conjecturas filosóficas.

Meu objetivo é desvendar

(...) o exercício de um controle sobre a imaginação que redirecionou os esforços investigativos para a Natureza, considerada como o lugar do indefinido e, por isso, merecedora das conjecturas dos filósofos. Com isso há uma alteração nos conceitos de sobrenatural e natural e uma mudança na dinâmica de interação entre esses dois âmbitos (BRAGA, 2018, p. 20).

Para o doutorado, optei por voltar um século em meu recorte temporal, para analisar as primeiras grandes contestações à fenômenos sobrenaturais/demoníacos. Elas estão relacionadas justamente a casos de possessão. Denomino de grande, pois foram as primeiras contestações provenientes de pessoas ligadas ao poder real.

Até o momento avalio duas ondas de possessões na França. Uma na última década do século XVI e outra entre as décadas de 1630 e 1640. A primeira é composta por casos individuais, já a segunda, consiste em casos de possessões coletivas em conventos, como é o caso da possessão das ursulinas de Loudun.

No presente texto, gostaria de trazer dois casos do final do século XVI. O primeiro é bem representativo do que era uma possessão demoníaca na França moderna. O segundo foi a primeira contestação feita à realidade da possessão, ou pelo menos, a primeira ligada à coroa.

A Possessão de Françoise Fontaine

Apresento então, o caso de Françoise Fontaine, moradora de Louviers. A fonte sobre esse caso é o processo verbal *Procès Verbal Fait Pour Délivrer une Fille Possédé par le Malin Esprit à Lovviers*, realizado em 1591. Esta fonte é praticamente um inquérito policial do caso, com diversas descrições dos acontecimentos que se passaram.

Tudo começou no sábado, 17 de agosto de 1591. Françoise tinha 22 anos e trabalhava na casa do senhor Le Gay. As mulheres da casa, na noite anterior, haviam visto uma sombra descer pela chaminé e se dirigir a cama da jovem. Os homens que redigiram o inquérito, Loys Morel, conselheiro real, o general Prévost, o advogado Robert Behotte e o escrivão Loys Vouquet, afirmara que não havia indício algum de que uma pessoa descera pela chaminé (PROCÈS, 2015, p. 4).

A esposa do senhor le Gay afirmou que quando compraram a casa, haviam sido alertados de que ela era frequentemente visitada por espíritos. A própria Françoise havia tido um contato com o espírito três meses antes desse ocorrido. Os investigadores presentes ressaltaram três coisas sobre a jovem. Em primeiro lugar, que ela não era bruxa; em segundo, que estava vestida à maneira da vila, em outras palavras, de maneira recatada, inclusive com véu; por último, que era uma “moça de bem [fille de bien]” (PROCÈS, 2015, p. 5-6). Ela possuía um hematoma no rosto, próximo ao nariz. Quando questionada sobre o ferimento, retirou uma faca de um estojo e tentou se matar.

Em seguida, Françoise foi levada a prisão para ser interrogada. Os inquisidores constataram que ela respondeu de forma diferente quando questionada sobre seu local

de nascimento. Na casa dos le Gay mencionou uma cidade, diferente da citada na prisão. Ademais, errou o nome de seu antigo senhor. Os investigadores tomaram isso como confusão, um possível sinal de possessão.

Françoise relatou uma série de ocorrências do estilo *poltergeist*. Na casa em que trabalhava, via frequentemente objetos se mexendo sozinhos, velas se apagando e barulhos estranhos. Apesar de, nesse ponto, o interrogatório ter sido suspenso para o jantar, a jovem recusou-se a comer e beber, pois, em suas palavras, preferia morrer a ser morta (PROCÈS, 2015, p. 12). Declaração que é bastante significativa para entendermos a visão que o povo em geral tinha da Inquisição.

Morel e Voquet, funcionários reais, tiveram que se ausentar da cidade a serviço da coroa. Quando voltaram foram imediatamente parados na frente da prisão. O que acontecia era que os presos estavam com medo de Françoise e ameaçavam formar uma rebelião. O relator ressaltou que havia presos até de crime lesa-majestade. Assim sendo, mesmo os criminosos mais cruéis tinham medo da jovem. Por conta disso, ela havia sido trancada no calabouço. Local aonde foi encontrada desmaiada e com a garganta inchada. A jovem havia passado a noite gritando sobre uma raposa que estaria no calabouço com ela.

Foram necessários 8 homens para tirá-la da prisão. Ela foi levada para o lado de fora. Um médico foi chamado, pois era necessária uma avaliação de um profissional da saúde antes de se considerar a possessão. Nesse momento, contudo, segundo a fonte, ela levitou a cerca de 60 centímetros de altura, caindo em seguida de costas no chão, com os braços abertos como em cruz (PROCÈS, 2015, p. 26).

Os presentes optaram por ler o Evangelho de João em voz alta, por supostamente ter um poder sobre os demônios. Assim que iniciaram a leitura, Françoise ficou muito agitada, levitou a mais de 1 metro do chão e perseguiu os homens ali presentes. O médico, que a esse ponto já estava no local, declarou que a jovem realmente estava possuída, logo, seria necessário um padre (PROCÈS, 2015, p. 27-18).

A partir desse momento, em que a possessão foi considerada como uma explicação possível para o caso, o foco dos investigadores foi conseguir uma confissão de Françoise. O principal era entender como o demônio havia entrado nela, mais especificamente como ela o teria permitido. Diferente da bruxa, a possuída não era

totalmente culpada, ela não havia assinado um pacto com o Diabo no sabá. Porém, é imprescindível ressaltar que a Igreja não considerava a possuída como isenta de culpa. A alguma tentação ela havia cedido, pois, para a possessão ser concluída era necessária uma brecha.

No caso de Françoise, e em muitos outros, essa brecha estava ligada ao pecado da carne. O Demônio havia se apresentado como um homem alto e seduzira a jovem, que teve vários encontros com ele. Assim, sua entrega ao demônio foi entendida como o fato que desencadeou a possessão.

Destaco a passagem do inquérito em que Françoise foi levada a uma igreja. Lá também levitou e fez diversas coisas fantásticas. Mas o ponto principal diz respeito às disputas religiosas entre católicos e protestantes. Os relatores ressaltaram que vários protestantes se converteram após verem os efeitos da possessão de Françoise e o poder do padre sobre os demônios (PROCÈS, 2015, p. 62).

A possessão, portanto, possuía um importante papel na disputa entre católicos e protestantes. A Igreja que tivesse o poder de expulsar demônios era a que possuía a fé verdadeira. É bastante comum em casos de possessão a utilização desta retórica. De que após verem os resultados do ritual de exorcismo, protestantes resolveram se converter ao catolicismo.

O caso de Françoise Fontaine é bastante caricatural do que era uma possessão demoníaca na modernidade francesa. Força além do normal e levitação eram considerados sinais sobrenaturais que evidenciariam a presença de um demônio no corpo de uma pessoa. Os sinais, contudo, poderiam ser interpretados de outra forma, como ocorreu no caso de Marthe Brossier.

O Caso de Marthe Brossier

O segundo caso aqui ressaltado é o de Marthe Brossier, jovem de 22 anos, moradora de Romorontin que foi supostamente possuída em 1598 e, em 1599, foi a Paris para ser exorcizada. De fato, Marthe passou por diversas cidades, sendo exorcizada em praças públicas, sem resultado. Quando chegou em Paris, no dia 30 de

março de 1599, ela já era esperada. Circulavam poemas e cantigas sobre a endemoninhada.

Em Romorantin sua possessão já havia levado sua vizinha, Anne Chevreau, à prisão, acusada de feitiçaria. O historiador Robert Mandrou (1979) conta que Chevreau redigiu uma carta, enquanto presa, ao bispo de Paris (MANDROU, 1979, p. 136). Nela, relatou ser prisioneira há um ano “pelas Calúnias e Imposturas de algumas pessoas Más [par les Calomnies et Impostures de quelques Me’chantes personnes]” (CHEVREAU, 1700, s/p.), em referência à família Brossier. Outro ponto ressaltado pela vizinha foi o de que Jacques Brossier, pai de Marthe, seria um comerciante fracassado e suas quatro filhas, mulheres não estavam ainda casadas.

Sua fama era tanta que, em sua chegada a Paris, já havia uma comitiva real a sua espera. Tal comitiva era composta por 5 médicos da universidade de Paris, entre eles, Michel Marescot, médico pessoal de Henrique IV. “A fé [la foy]”, escreveu Marescot, “é um dom de Deus [est un don de dieu]” (1599, p. 1), porém a credulidade seria imbecil, pois a primeira levaria a verdade enquanto a segunda, à falsidade.

Nesse caso há várias diferenças em relação à Françoise Fontaine. Os médicos, nesse caso, optaram por um exame mais criterioso, que incluísse também uma investigação dos sinais de possessão. Marescot, por exemplo, interrogou Marthe em latim, e não obteve sucesso em conseguir uma resposta. Mesmo quando o bispo de Paris ordenou ao demônio que respondesse, Marthe ficou calada. O professor de grego de Henrique IV também a interrogou na língua antiga e não obteve resposta.

Quando a levaram a uma capela, a jovem começou a se debater e caiu no chão. Os presentes chegaram a colocar uma relíquia da cruz em sua boca, sem que ela soubesse o que era. A suposta possuída não apresentou reações. Somente quando atiraram água que disseram ser benta que Marthe apresentou reação.

Nesse momento inicia-se uma disputa entre médicos e o bispo. Os médicos viam três possibilidades: possessão, doença ou fingimento. Todos concluíram que Marthe estava deliberadamente fingindo. O bispo, contudo, defendia a possessão da jovem e ambicionava utilizá-la com fins políticos. Por fim, a opinião médica foi a considerada oficialmente, embora o bispo tenha se empenhado em promover o contrário.

A grande questão nesse caso era a assinatura do Édito de Nantes no ano anterior à chegada de Marthe Brossier. Satã assinaria o édito se lhe fosse oferecida a possibilidade, de acordo com o bispo. Os médicos, a mando de Henrique IV, se mostraram preocupados com a volta das animosidades entre católicos e protestantes. O demônio sempre falava mal dos protestantes durante os exorcismos. Se dizia amigo deles, dizia que os protestantes seguiam suas ordens ou que sua fé era falsa. Então fica bastante claro o motivo da precaução dos médicos.

Em Paris, Marthe não foi exorcizada publicamente. Eles tentaram ao máximo deixar o público mais amplo afastado. Explicitamente tentando preservar o Édito de Nantes. Por isso Marthe foi conduzida a abadia de Sainte-Geneviève. Ressalto que os médicos, de início, não descartaram a possibilidade de possessão. O objetivo era realizar uma avaliação médica a fim de descartar, ou confirmar, que o problema de Marthe era de proveniência natural ou sobrenatural.

Após os relatos, Marescot apresentou seus argumentos de forma mais detalhada, destacando os motivos pelos quais as ações da jovem não poderiam ser atribuídas ao demônio. Suas convulsões e movimentos não possuíam nada de extraordinário e poderiam ser reproduzidos por qualquer pessoa. Além disso, um dos pontos que não se encaixava na narrativa de possessão, apresentado pelo médico como prova da falsidade do caso, era o fato da jovem ter engordado nos 15 meses em que supostamente ficara possuída (MARESCOT, 1599, p. 16-17). O esperado em um caso de possessão era justamente a degradação do corpo, assim, a constatação de Marthe ter engordado desestabilizava a narrativa da possessão.

Outro ponto de contestação foi que os sintomas apresentados por Brossier não seriam condizentes com nenhum dos quatro tipos do que se denominava de “movimentos de doenças [*mouuements malatifs*]”, são eles, arrepios, tremores, palpitações e convulsões (MARESCOT, 1599, p. 19). Prova disso seria o fato de que o padre responsável pelo exorcismo havia conseguido abrir a boca da jovem em meio a uma suposta convulsão. O argumento médico era de que se aquela fosse uma convulsão verdadeira a abertura da boca não seria tão fácil.

A jovem, na visão de Marescot, além de não estar possuída, se encontrava em um bom estado de saúde. Nenhuma doença a havia atingido. Todos os movimentos

tidos como convulsionários foram, na opinião do médico, deliberadamente fingidos. Não havia nenhum movimento sobrenatural, tal como a levitação. A levitação era um elemento comum nos relatos de possessão, como por exemplo, no da jovem Françoise Fontaine. Os relatores de seu caso afirmaram que a possuída teria levitado “de três a quatro pés de altura [de trois à quatre piedz de hault]” (PROCÈS, 1591, p. 28), além de apresentar convulsões e rigidez muscular anormal.

Marthe Brossier, diferentemente de Françoise Fontaine, não apresentou os rotineiros sinais excepcionais da possessão. A jovem de Romorontin havia convulsionado, porém não levitado; havia contorcido seus músculos, porém era possível mover seus membros sem dificuldade; havia revirado seus olhos, mas não falado em latim, tampouco em grego. O que a junta médica convocada pelo bispo de Paris constatou foi que, apesar de parecer real, o caso de Brossier não poderia ser confirmado, nem ao menos considerado como expressão de uma doença. Os sinais apresentados pela moça foram apenas aqueles, dentro de um conjunto de sinais de possessão, que poderiam ser falsificados, fingidos, como a convulsão.

Destaco que não havia a necessidade da presença de todos esses elementos para que fosse feita a confirmação da possessão, porém, a partir de comentários como o de Marescot, concluo que era imperativo a presença de um elemento *comprovadamente* sobrenatural. O destaque a essa palavra remete ao destaque que dou em minha pesquisa à fundação da epistemologia científica, à genealogia de um imperativo investigativo que necessitava se estabelecer através de regras de ação. O exame deveria ser inteligível a todos. É justamente essa *inteligibilidade* que busco em nossa pesquisa de doutorado. Em casos assim, concordo com a afirmação de Stuart Clark, em que o historiador deve buscar a inteligibilidade, e não a realidade (CLARK, 2006, p. 506).

Pesquise o estabelecimento de normas de investigação, assim como as regras que regiram a reprodutibilidade das provas e exames. Neste último ponto considero também a análise feita pelos investigadores e exorcistas dos sinais de possessão, pois para que a experiência da possessão fosse comprovada, alguns elementos deveriam estar presentes. Estes elementos tornavam a possessão algo excepcional, porém que seguia uma estrutura padronizada.

Importante destacar que o caso Marthe Brossier é bastante expressivo no que diz respeito ao que citei sobre o redirecionamento dos esforços investigativos. Nele, fica evidente um desvio do sobrenatural e uma tentativa de encontrar uma resposta na Natureza. Tentativa essa que gerou diversos atritos com membros da Igreja. Marescot foi muito criticado por padres e teólogos. O teólogo Pierre Bérulle, por exemplo, produziu um comentário e um tratado sobre o assunto, a fim de atacar a incredulidade do médico real, porém nunca atacando o rei.

Por fim, destaco a possessão como um tema importante no que diz respeito à Idade Moderna. Ela foi um fenômeno cultural. A grande onda de possessões do século XVII apenas foi possível por uma série de elementos que tornavam a possessão real, ao menos a nível linguístico. Me refiro, sobretudo, à escatologia. Na primeira metade do XVII, o tema do fim do mundo era bastante recorrente. Alguns autores colocavam o Apocalipse para o ano de 1666. Acreditava-se que quanto mais próximo do fim do mundo, mais o Diabo reuniria forças para a batalha final. Assim os casos de possessão confirmavam a proximidade do Apocalipse e a proximidade do Apocalipse explicava o aumento dos casos de possessão e de bruxaria.

Considerações Finais

Minha pesquisa se apoia, sobretudo, no conceito de imaginação. Tanto a imaginação investigativa quanto as doenças da imaginação. Nos dois casos há uma preocupação com a confirmação médica a respeito de uma explicação natural ou não. Só após essa análise é que era possível seguir com os rituais de exorcismo. Medicina e Religião, portanto, agiam como cúmplices. Eram saberes que se complementavam, nesse caso das possessões.

A historiadora australiana Sarah Ferber, em seu livro *Demonic Possession and Exorcism in Early Modern France* (2004), considerou os casos de possessão na França moderna como “excepcionais o bastante para gerar comentário, mas rotineiros o bastante para serem padronizados [exceptional enough to arouse comment, but routine enough to be formulaic]” (FERBER, 2004, p. 1). Havia uma fórmula sobre os sinais que

já destacamos, mas também uma forte associação de ocorrências sobrenaturais com a interpretação escatológica da história.

Esse tipo de interpretação avaliava a proximidade do apocalipse a partir de casos em que a ação demoníaca tivera parte e “a partir do crescimento das artes maléficas ao longo do tempo” (BRAGA, 2018, p. 93). Muitos dos autores que adotavam essa abordagem viam o presente como o ápice das ações maléficas.

Em minha pesquisa objetivo compreender alguns elementos intrínsecos à inteligibilidade da possessão: a estrutura padronizada dos casos; os conflitos e compatibilidades entre os saberes médico e teológico no que diz respeito ao tratamento da possuída; o estabelecimento de regras para o exame investigativo que determinaria se um caso era verdadeiramente demoníaco, arbitrariamente falsificado – um fingimento voluntário – ou uma doença; as normas para um ritual de exorcismo; e as justificativas para o aumento de casos de possessão em dois períodos, a última década do século XVI e as décadas de 1630 e 1640.

As possessões, portanto, eram inteligíveis para o pensamento racional. Havia uma lógica em que a possessão e o exorcismo se inseriam. A possuída, seu corpo sobretudo, era alvo do esquadriamento de diversos saberes, em especial a medicina e a teologia. Mais do que um campo de batalha entre o Bem e o Mal, o corpo da possuída também se tornou campo de conflitos entre médicos e clérigos. Os médicos envolvidos nos casos eram chamados de céticos por alguns clérigos apenas pelo fato de duvidarem da veracidade de um determinado caso. Não negavam, porém, que a possessão era um fenômeno real cujo tratamento estava além de seus conhecimentos. Insistiam, contudo, que o médico deveria ser a autoridade que atestava se uma convulsão era doença, fingimento ou sinal de possessão.

O sobrenatural não esteve à parte da construção da epistemologia moderna e nem ao desenvolvimento do método investigativo exposto por Descartes. Defendo, dessa forma, a historicidade da categoria do sobrenatural – sobretudo o demoníaco. Consideramos ser necessário acrescentar às discussões sobre a genealogia da episteme moderna o elemento sobrenatural. A história por muito tempo ignorou questões relacionadas à imaginação e ao sobrenatural.

É importante que estas questões sejam consideradas para além do repositório de credices e superstições, pois integravam a forma como os autores dos relatos e comentários entendiam o mundo e os fenômenos. Para compreendê-los de uma maneira mais aprofundada, é preciso levar em conta as crenças em relação ao demoníaco.

A contestação à veracidade de casos de possessão não foi uma característica original da última década do Quinhentos. O médico, ocultista e demonólogo holandês, Johann Weyer (1515 – 1588) já classificava alguns casos de possessão como “distúrbios naturais” (RIBAS, 1963, p. 9). Em sua época, Weyer foi tomado muitas vezes por cético devido à negação da realidade da bruxaria e suas críticas contundentes aos processos inquisitórios. Embora não tenha negado a realidade do fenômeno da possessão, o demonólogo advertiu que muitos casos que haviam sido tratados como sobrenaturais, consistiram, na realidade, de distúrbios da imaginação.

Por fim, declaro que o objetivo de minha pesquisa é justamente compreender as regras que regiam este tipo de investigação a respeito do sobrenatural – no caso, as possessões demoníacas – e quais as justificativas consideradas na elaboração das conclusões.

Referências

BÉRULLE, Pierre de. *Discours de la possession de Marthe Brossier contre les calomnies d'un médecin de Paris*. Troyes: 1599.

BRAGA, Gabriel. *O Natural e o Sobrenatural na Modernidade: a polêmica erudita sobre os mortos-vivos (1659-1751)*. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CHEVREAU, Anne. Lettre écrite à Monsieur de Paris par une nommée Anne Chevreau prisonnière à Romorontin accusé par Marthe Brossier prétendue démoniaque de l'avoir ensorcelée. In : PIÈCES concernant Marthe Brossier, de Romorontin, possédée et accusée d'imposture. Saint-Germain, 1700.

CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios – A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2006.

FERBER, Sarah. *Demonic Possession and Exorcism in Early Modern France*. London: Routledge, 2004.

MANDROU, Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII*. Trad. Nicolau Sevcenko e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

MARESCOT, Michel. *Discours veritable sur le faict de Marthe Brossier de Romorantin, pretendue demoniaque*. Paris : Par Mamert Patisson Imprimeur ordinaire du Roy, 1599.

PROCÈS Verbal Fait Pour Délivrer une Fille Possédé par le Malin Esprit à Lovviers. London : Forgotten Books, 2015 [1883].

RIBAS, João C. *As Fronteiras da Demonologia e da Psiquiatria*. 183f. Tese (Livre-Docente em Clínica Psiquiátrica) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1963.